



# SEP

**DR FARO**

R. D. Jerónimo Osório, 5, 3º Esq.º

8000 307 Faro

Tel: 289 803 211 - Fax: 289 825 074

drfaro.sep@gmail.com

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

**Nota à Comunicação Social**

[www.sep.org.pt](http://www.sep.org.pt)

## **Enfermeiros Algarvios ouvidos na Assembleia da República continuam sem progressão Decidem protestos mensais Conferência de Imprensa –**

O SEP Algarve expôs à Comissão Parlamentar da Saúde a 24 de fevereiro de 2021 a situação de 500 enfermeiros algarvios que aguardam a progressão na carreira, (com efeitos a janeiro de 2018 e 2019), na sequência da petição pública “Apoiar os Enfermeiros do Algarve” subscrita por 4817 cidadãos.

O compromisso assumido pela ARS Algarve é de contar o tempo de serviço anterior à transição para a carreira especial de enfermagem, que aconteceu faseadamente em 2011, 2012 e 2013, a cerca de 100 enfermeiros.

No CHUA, o compromisso, também assumido por escrito, é de contabilizar o tempo de serviço dos Contratos Individuais de Trabalho (419 enfermeiros) nos mesmos termos dos Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Ambos os compromissos são de 2019. Ambos não concretizados.

É inadmissível um país a diferentes velocidades.

Açores e Madeira já contabilizam todo o tempo de serviço aos enfermeiros para efeitos de progressão, independentemente do vínculo contratual. No Continente subsistem diferentes entendimentos sobre a progressão.

Governo trata de forma desigual trabalhadores na transição para carreiras especiais. Aos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar e Inspectores foi considerado o tempo de serviço anterior à transição, como se pode constatar no Parecer n.º 21/2017 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República e no Decreto-Lei 141/2019, respetivamente.

Também, relativamente à atualização do salário mínimo nacional, o Governo considera que os trabalhadores que transitam para a 1.ª posição remuneratória atualizada sofreram um ajustamento remuneratório e não um acréscimo, razão pela qual não interrompe a contagem de tempo de serviço.

Desde o final de 2019 que temos vindo a contactar com os diferentes deputados eleitos pelo Algarve. Todos foram unânimes em dizer que existindo um compromisso ele deve ser cumprido.

Na sequência, os deputados algarvios do BE e PSD questionaram o Governo, em fevereiro e junho de 2020, sobre se tinham conhecimento dos acordos e se dariam instruções às instituições para que cumprissem os compromissos. Nunca obtiveram resposta!.

O PS disse-nos que iria questionar as instituições em causa, mas desconhecemos se o fez! Não voltou a contactar-nos.

Na audição de 24 de fevereiro, nenhum deputado do BE pôde estar presente, mas fez-nos chegar uma proposta de projeto de resolução com uma recomendação ao Governo;

O deputado do PCP João Dias referiu ser incompreensível o que se tem passado nos últimos meses, em que alguns partidos reconhecem o trabalho dos enfermeiros nas palavras, mas depois não as concretizam com ações;

A deputada Algarvia Ana Passos (PS) elogiou as respostas dadas à pandemia na região, agradeceu a resiliência dos profissionais que arriscam a vida e que iria obter esclarecimentos junto do Governo. Recordamos que esta senhora foi uma das com quem reunimos há mais de 1 ano e que ficou de nos dar uma resposta após indagar ARS e CHUA. Até hoje nada!



# SEP

**DR FARO**

R. D. Jerónimo Osório, 5, 3º Esq.º  
8000 307 Faro  
Tel: 289 803 211 - Fax: 289 825 074  
drfaro.sep@gmail.com

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

**Nota à Comunicação Social**

[www.sep.org.pt](http://www.sep.org.pt)

O deputado Algarvio Rui Cristina (PDS), que presidiu à audição, considerou inadmissível que as instituições não cumpram os compromissos, causando prejuízos salariais entre trabalhadores.

É lamentável que PS e PSD tenham chumbado a 15 de janeiro deste ano as iniciativas legislativas do BE e PCP, que teriam resolvido os problemas na carreira e na progressão dos enfermeiros.

O que esperamos dos deputados, em concreto dos deputados eleitos pelo Algarve é coerência entre as palavras e as ações. Queremos que promovam as soluções (que o Governo tem recusado até agora) e que as aprove quando em votação na Assembleia da República.

Recordamos que os deputados eleitos pelas regiões têm, em primeiro lugar responsabilidade perante quem os elege e não à política do Governo. Assim, quando afirmam que os compromissos assumidos devem ser cumpridos, é nesse caminho que têm que trabalhar e não na subserviência ao Governo e Ministérios da Saúde e das Finanças. Chega de retórica política e de exigências só num sentido. Aos enfermeiros, Governo e instituições exigem:

- Sacrifício da sua vida pessoal e familiar, incluindo o acompanhamento dos filhos,
- horários de trabalho desregulados e horas extraordinárias infinitas sem os períodos de descanso necessários e obrigatórios,
- disponibilidade para dar respostas a cada vez mais postos de trabalho como hospitais de campanha, ADR, EAR, ZACP, UCI, testagem em empresas, domicílios e *drive troughs*, centros de vacinação, abertura de serviços de internamento, alargamento de funcionamento dos centros de saúde, etc

Muitos ficam doentes com Covid-19, mas não estão a ser pagos a 100% como a Lei prevê.

Em troca, NADA! O Governo, protela a solução dos problemas e, com isso, continua a **POUPANÇA**.

As medidas supostamente de “compensação” aos profissionais de saúde não passam de pura hipocrisia e apenas servem como manobra de distração perante a opinião pública.

É o caso do prémio de risco (2020), que apenas abrangeu uma dúzia de enfermeiros nos centros de saúde no Algarve e cerca de 10% dos enfermeiros do CHUA.

Quanto ao subsídio de risco acrescido (2021), até ao momento não foi atribuído a ninguém.

Com a alteração da carreira, aos enfermeiros que foram colocados nas categorias de especialista e gestor, foi eliminado o seu tempo de serviço.

- O que exigimos nas reuniões com o Ministério da Saúde é respeito pelo nosso trabalho, valorizando todo o tempo de serviço, independentemente do vínculo contratual ou da transição para outras categorias da carreira, reconhecendo o direito à progressão.
- Exigimos que atribuam Relevante na Avaliação do Desempenho nos biénios da pandemia (2019/2020 e 2021/2022).
- Exigimos a abertura imediata da negociação da carreira de enfermagem única.

É o mínimo que o poder político pode fazer para quem assumem ser essencial para ultrapassar esta crise sanitária em que nos encontramos.

Assim, decidimos iniciativas de protesto mensal regionais e nacionais:

- 10 de março à porta do Hospital de Faro, em conjunto com outros profissionais de profissões essenciais, integrado na semana da igualdade da Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens;

Outras iniciativas em março, abril e maio serão anunciadas oportunamente.